

**MENSAGEM/403**

Rio Grande, 04 de setembro de 2023

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 083 que **“ALTERA OS ARTIGOS 11 E 12 DA LEI MUNICIPAL Nº 7.851/15 E INSERE OS ARTIGOS 12 A, 12B E 12 C NO DIPLOMA LEGAL MENCIONADO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES E FAZ ALTERAÇÕES NO CONSELHO MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES”**.

Justificamos o presente Projeto de Lei tendo em vista necessidade de cumprimento a Portaria 059/2021-GABEX (cópia anexa), que cria grupo de trabalho para diagnóstico, definir diretrizes de Políticas Públicas, bem como atualização necessária a Lei 7.851/2015.

As atualizações substituem entidades representativas da Sociedade Civil e transfere a vinculação do COMDES e do Fundo Municipal para a SMCAS.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos.

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA CIDADE**

**PROJETO DE LEI Nº 083 DE 04 DE SETEMBRO DE 2023**

**“ALTERA OS ARTIGOS 11 E 12 DA LEI MUNICIPAL Nº 7.851/15 E INSERE OS ARTIGOS 12 A, 12B E 12 C NO DIPLOMA LEGAL MENCIONADO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES E FAZ ALTERAÇÕES NO CONSELHO MUNICIPAL E NO FUNDO MUNICIPAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E ALTAS HABILIDADES”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação do artigo 11 da Lei Municipal nº 7.851, de 11 de fevereiro de 2015, que passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 11.** O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades (COMDES) e o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades passam a ser vinculados diretamente à Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social.

**Parágrafo único.** Em caso de alterações na estrutura da Administração Municipal que venham a modificar a nomenclatura ou a estrutura da Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social, os órgãos citados no “caput” serão vinculados à pasta responsável pela Assistência Social.

**Art. 2º** Fica alterada a redação do artigo 12 da Lei Municipal nº 7.851, de 11 de fevereiro de 2015, que passa a vigor da seguinte forma:

**“Art. 12.** O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades (COMDES) é composto pelo seguinte percentual de representações:

**I** –50% (cinquenta por cento) dos membros indicados por entidades da Sociedade Civil;

**II** –50% (cinquenta por cento) dos membros indicados por entidades governamentais.

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 3º** Ficam inseridos os artigos 12 A, 12B e 12C na Lei Municipal nº 7.851, de 11 de fevereiro de 2015, nos seguintes termos:

**“Art. 12A.** O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades é composto pelos seguintes membros:

**I** - Nove (9) membros representando as entidades governamentais indicados pelos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Município da Educação (SMS);
- b) Secretaria de Município da Saúde (SMS);
- c) Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social (SMCAS);
- d) Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança (SMMAS);
- e) Secretaria de Município da Cultura e do Esporte e Lazer (SMCEL);
- f) Secretaria de Município de Coordenação, Planejamento, Habitação e Regularização Fundiária (SMCPHRF);
- g) 18ª Coordenadoria Regional de Educação (18ª CRE);
- h) Delegacia Regional do Trabalho;
- i) FGTS/SINE.

**II** - Nove (9) representantes indicados pelas seguintes organizações:

- a) Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes Físicos (FDC);
- b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- c) Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Rio Grande (AMAR);
- d) Associação dos Deficientes Visuais de Rio Grande (ADVIRG);
- e) Escola Alvares de Azevedo;
- f) AAPECAN; g) Instituto PROTEJA;
- h) Associação TEAAMO;
- i) Instituto MULTINCLUSÃO.

**Art. 12B.** O presidente do COMDES será escolhido dentre os membros do Conselho ocorrerá a cada 02 (dois) anos, durante a Conferência Municipal das Pessoas com Deficiência, em plenária convocada exclusivamente para essa finalidade.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único.** A eleição de que trata o caput será conduzida por comissão eleitoral composta de 3 (três) membros com mandato vigente no COMDES.

**Art. 12C.** O Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Altas habilidades será regulamentado pelo Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 04 de setembro de 2023

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação